

3.3 - A Empresa que ficar inativa por seis meses ou mais, consecutivos ou não, por cada ano fiscal (período de janeiro a dezembro) pagará a Taxa de Inatividade integral e não pagará a cota extra anual.

3.4 - A empresa que passa por um período sem faturamento ainda demanda serviços obrigatórios como informações (DCTF, GFIP, DACOM, RAIS, DIPJ) aos órgãos fiscalizadores que a mantém regularizada. A suspensão desses serviços junto aos órgãos responsáveis, pode acarretar em Multas e demais sanções pertinentes a cada situação.

3.5 - A Contribuição Sindical Patronal e a Taxa de Renovação de Alvará são devidas mesmo para as empresas inativas.

3.6 - As empresas optantes pelo Simples Nacional por Lei Complementar 123/2006 – Art 13, § 3º, ficam dispensadas do pagamento da contribuição sindical, sendo que as empresas optantes pelo simples que possuírem **funcionários** estão obrigadas ao pagamento de tal taxa.

#### 4. PROCEDIMENTOS:

4.1 - Se a Inatividade for solicitada **até** o dia 15 do mês e neste mês não houver emissão de Notas Fiscais **e o Termo de Inatividade juntamente com o bloco de notas (se houver) forem entregues até dia 20 do mesmo mês, a mensalidade não será cobrada e o mês da solicitação entrará para na soma dos meses inativos.**

4.2 - Caso a Inatividade seja solicitada após o dia 15 do mês ou o Termo de Inatividade juntamente com o bloco de notas forem entregues após o dia 25, mesmo não havendo emissão de Notas Fiscais, a mensalidade será devida.

4.3 - A empresa que possuir o serviço LAFS PAGA no momento da inatividade tal serviço será cancelado, sendo necessário solicitá-lo novamente em caso de reativação.

4.4 - Sua empresa ficará ativa perante a Receita Federal e Município, podendo emitir notas fiscais quando necessário, e no mês que houver emissão de notas fiscais o honorário será cobrado no mês subsequente ao da nota fiscal emitida. O processo de reativação é imediato.

#### TERMO DE SUSPENSÃO DE ATIVIDADES

Eu, BERND KLAUS PETER SCHRÖDER,  
sócio (a) da empresa GARANT SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.-ME  
inscrita no CNPJ nº 06.014.263/0001-36, com sede no Município de(o) MAGE - CENTRO  
no endereço DR. NILO PEÇANHA 137 SALA 101 - PARTE,

declaro sob pena de lei, que suspendi as operações fiscais e contábeis da minha empresa em,

12 JAN 2017 quando também deixei de emitir notas fiscais.

Motivo da inativação: ALTO CUSTO FINANCEIRO PARA MANTER A ATIVIDADE

Sei que serão enviados Relatórios Obrigatórios ao Governo Federal do Brasil tais como DCTF, EFD, SEFIP e DIPJ sem movimento. Sendo assim a empresa não pode ter qualquer movimentação no CNPJ (operações comerciais, financeiras, etc.)

A remessa de relatórios com informações erradas podem incorrer em crimes previstos no Código Penal e Tributário.

Rio de Janeiro, 12 de JAN de 2017

Bernd Klaus Peter Schröder

(Este termo é parte integrante do manual de inatividade)





**LAFS EMPRESARIAL EIRELI - EPP**

Av. Presidente Antônio Carlos, 607  
4º andar – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20.020-010  
e-mail: [lafs@lafscontabilidade.com.br](mailto:lafs@lafscontabilidade.com.br)

Av. Paulista, 807 – Conj. 513 e 514  
São Paulo – SP  
CEP: 01.311-100  
e-mail: [lafs@lafscontabilidade.com.br](mailto:lafs@lafscontabilidade.com.br)

Av. João Cabral de Mello Neto, 850 –  
Bl 02 – S. 1213 - Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 22.775-057  
e-mail: [lafs@lafscontabilidade.com.br](mailto:lafs@lafscontabilidade.com.br)

Tel.: (21) 3806-3700

Tel: (11) 3541-3027

Tel: (21) 2480-1911

**MANUAL DE INATIVIDADE DE EMPRESAS**

**1. DEFINIÇÃO DE EMPRESA INATIVA**

Empresas inativas são Pessoas Jurídicas legalizadas, com Contrato Social, Número de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), Alvará e Inscrição Municipal, que estão com operações suspensas. São declaradas pela Lafs Contabilidade como empresas "sem movimento". De acordo com a Receita Federal do Brasil a empresa poderá ficar inativa por até 10 anos\*.

***\*Empresas de Comércio podem ficar no máximo 360 dias inativas.***

**2. PARA FORMALIZAR A INATIVIDADE JUNTO À LAFS CONTABILIDADE É NECESSÁRIO:**

2.1 - Estar com os Honorários Contábeis em dia;

2.2 – Estar com os Impostos Federais, Municipais e Estaduais (se for o caso) em dia, assim como o respectivo Sindicato;

2.2 - **No caso de Empresa Nova, ter quitado os 04 primeiros Honorários Contábeis;**

2.3 - Ter Certificado Digital Próprio (Receita Federal) com firma reconhecida, ativa e dentro da validade;

2.4 - Preencher e entregar na LAFS CONTABILIDADE o requerimento solicitando a Inatividade (Manual rubricado e Termo assinado), junto com o Bloco de Notas Fiscais (se houver) e demais Documentos Contábeis para fechamento do balanço e informações aos órgãos competentes;

2.5 – É de suma importância o encerramento de sua conta bancária, para que não haja movimento nem saldo que possa gerar algum débito com a Receita Federal.

2.6 - Para empresas de "Comércio", a empresa deverá ser paralisada junto à Secretaria Estadual de Fazenda. A empresa inicialmente fica 180 dias inativa e pode prorrogar este prazo por igual período. Após este prazo a empresa deve ser Baixada ou sua inscrição reativada.

**3. CUSTOS COM A INATIVIDADE:**

3.1 - As empresas que ficam com suas operações suspensas, a mensalidade será substituída pela **Taxa de Inatividade anual** "integral" ou "proporcional", que terá como base o Salário Mínimo Federal vigente.

3.1.1 - Para empresas inativas no período de Janeiro à Junho a taxa de inatividade é cobrada de forma "integral" **em duas parcelas, nos meses de JULHO e AGOSTO** do ano corrente de inatividade.

3.1.2 - Para empresas inativadas após este período a taxa de inatividade é cobrada de forma "proporcional" + Cota Extra em duas parcelas, cujo vencimento será no 1º mês após a inativação da empresa.

3.1.3 – As empresas que estão inativas, e emitem uma nota fiscal "esporádica", será cobrado junto à mensalidade do mês em que ocorreu o faturamento a Taxa de Inatividade Proporcional aos meses em que ficou inativa antes do faturamento.

3.2 - A Empresa que permanecer Inativa por até cinco meses, será cobrada Taxa de Inatividade proporcional a estes meses e a cota extra. Uma empresa deve permanecer pelo menos dois meses consecutivos como inativa. Caso contrário, o mês anterior será cobrado normalmente.